

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO

(De Patrus Ananias, Ivan Valente, Helder Salomão, Nilto Tatto, João Daniel, Valmir Assunção)

Solicita informações ao Sr. André Luiz de Almeida Mendonça, Ministério da Justiça e Segurança Pública, sobre o número de militares que foram nomeados em Cargos de Comissão, no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Ex^a, com base no artigo 50, da Constituição Federal e na forma dos artigos 24, inciso V e § 2º, e 115, inciso I, do Regimento Interno, sejam solicitadas, informações ao Sr. André Luiz de Almeida Mendonça, Ministério da Justiça e Segurança Pública, sobre o número de militares que foram nomeados em Cargos de Comissão, Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Registre-se que em resposta ao Requerimento de Informação 660/2020, o Ministro Chefe da Casa Civil “sugeri que as indagações acerca das estruturas de cargos e funções de outros órgãos da administração pública sejam encaminhadas a cada um dos responsáveis pelas informações nos âmbitos de suas próprias competências”.

Diversas notícias estão sendo veiculadas pela imprensa nacional e internacional sobre a presença dos militares na gestão pública federal, conforme noticiado pelo jornalista Humberto Trezzi, do jornal zero hora, em 25 de maio de 2020, cuja matéria transcrevemos.

Mais de 2,8 mil integrantes das Forças Armadas foram nomeados para funções administrativas na gestão Bolsonaro.

Do total, cerca de 1,5 mil são do Exército, 680 da Marinha e 622 da Aeronáutica.

Na dificuldade de conseguir nomes mais técnicos e com currículo vistoso entre seus apoiadores, o presidente Jair Bolsonaro resolveu apelar para os colegas de farda. O resultado é que nunca em tempos democráticos tantos militares ocuparam funções em um governo.

Levantamento do site Poder 360 — confirmado por GaúchaZH — aponta que mais de 2,8 mil integrantes das Forças Armadas trabalham hoje em funções administrativas do governo federal. Na maioria dos casos, recebem Funções

Gratificadas (FGs), o que gera reforço extra no salário, mas há muitos em Cargos em Comissão (CCs), sobretudo os reservistas. Desse total, cerca de 1,5 mil são do Exército, 680 da Marinha e 622 da Aeronáutica.

É um salto e tanto em relação ao início de governo. Em fevereiro de 2019, GZH mostrou que ao menos cem pessoas das Forças Armadas ocupavam cargos de primeiro, segundo e terceiro escalões na gestão Bolsonaro. Fosse somados a esses os integrantes do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), que cuida da segurança presidencial e da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), o serviço de contraespionagem, o número chegaria a 900.

Agora são mais de 2,8 mil, incluindo GSI e Abin. Pelo menos três vezes mais que no início do governo. Analistas reparam que, assim como os governos petistas levaram ao Planalto sindicalistas de vários matizes, agora Bolsonaro recheou o governo de militares.

A origem na caserna começa pelo presidente (capitão reformado do Exército) e seu vice, Hamilton Mourão (general da reserva). Sem surpresa, os militares formam maioria entre os 18 ministros. São nove titulares dos ministérios e um interino. Do Exército vieram Braga Neto (Casa Civil), Luiz Eduardo Ramos (Secretaria de Governo), Augusto Heleno (GSI), Fernando Azevedo e Silva (Defesa), Wagner Rosário (CGU) e Tarcísio Freitas (Infraestrutura).

Da Marinha veio Bento Albuquerque (Minas e Energia). Da Aeronáutica, o astronauta Marcos Pontes (Ciência e Tecnologia).

O nono ministro titular de origem militar é um PM da reserva do Distrito Federal, Jorge Oliveira (Secretaria-Geral da Presidência).

Diante dessa , solicitamos as seguintes informações;

1 – a quantidade de vínculos de servidores federais militares que estão nomeados em cargos e funções de confiança (FCPEs, Das e FGs) neste Ministério, informando:

- 1.1 - o nome do servidor
- 1.2 - o cargo ou função de confiança desempenhada
- 1.3 órgão de lotação
- 1.4 órgão de exercício;
- 1.5 – se é servidor militar da ativa, reserva, licenciado ou reformado;
- 1.6 – órgão de nomeação originária como servidor militar (força militar) e patente;

2 – a quantidade de vínculos de policiais federais e delegados federais que estão nomeados em cargos e funções de confiança (FCPEs, Das e FGs) neste Ministério, informando:

- 2.1- o nome do servidor
- 2.2 - o cargo ou função de confiança desempenhada
- 2.3 órgão de lotação
- 2.4 órgão de exercício;
- 2.5– se é aposentado;
- 2.6– órgão de nomeação originária como policial ou delegado;

3 – a quantidade de vínculos de policiais militares estaduais que estão nomeados em cargos e funções de confiança (FCPEs, Das e FGs) neste Ministério, informando:

- 3.1 - o nome do servidor
- 3.2 - o cargo ou função de confiança desempenhada
- 3.3 órgão de lotação
- 3.4 órgão de exercício;
- 3.5 – se é aposentado;
- 3.6 – órgão de nomeação originária como policial militar e patente;

4 - informar quais os servidores que estão nestas funções e que recebem o auxílio-moradia previsto na legislação. Qual o orçamento gasto com estes pagamentos em 2019 e até o mês de agosto de 2020. Informar a despesa ressarcida por mês.

5 - informar quais os critérios que foram utilizados para a indicação e nomeação desses militares nestas funções.

Sala das Sessões, em de setembro de 2020.

IVAN VALENTE
Deputado Federal PSOL/SP

PATRUS ANANIAS
Deputado Federal PT/MG

NILTO TATTO
Deputado Federal PT/SP

HELDER SALOMÃO
Deputado Federal PT/ES

JOÃO DANIEL
Deputado Federal PT/SE

VALMIR ASSUNÇÃO
Deputado Federal PT/BA



Requerimento de Informação **(Do Sr. Patrus Ananias)**

Solicita informações ao Sr. André Luiz de Almeida Mendonça, Ministério da Justiça e Segurança Pública, sobre o número de militares que foram nomeados em Cargos de Comissão, no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Assinaram eletronicamente o documento CD207304514800, nesta ordem:

- 1 Dep. Patrus Ananias (PT/MG)
- 2 Dep. João Daniel (PT/SE)
- 3 Dep. Nilto Tatto (PT/SP)
- 4 Dep. Valmir Assunção (PT/BA)
- 5 Dep. Helder Salomão (PT/ES)
- 6 Dep. Ivan Valente (PSOL/SP)